



INFRAESTRUTURA GAÚCHA LULA AMPLIA E INVESTE



LEITE DESMONTA E VENDE

O desmonte da Infraestrutura do RS

No passado, um dos motivos do RS se destacar como um dos estados mais desenvolvidos do Brasil, foi sua excelente infraestrutura pública. Graças às estatais de geração e distribuição de energia, de abastecimento de água potável e serviços de saneamento, os gaúchos atraíram investimentos privados e, durante décadas, tiveram importante papel nas decisões nacionais. Esse período passou. Desde a metade dos anos 90, quando os governos do MDB e do PSDB assumiram a agenda de redução do Estado, a farra das privatizações contribuiu para a decadência econômica, financeira e cultural do Rio Grande.

O desmonte deliberado de estruturas públicas centrais para o desenvolvimento do Estado ficou evidenciado pelos baixos valores de venda das estatais. A CEEE-Distribuidora foi vendida por R\$ 100 mil, a CCEE-Transmissão por R\$ 2,67 bilhões; a Sulgás custou R\$ 927,8 milhões aos compradores, a CEEE-Geração de Energia, chegou a ser anunciada por um valor inicial de R\$ 1,25 bilhão, mas foi torrada por R\$ 836,5 milhões, ou seja, 30% a abaixo do seu valor. Por fim, a escandalosa venda da Corsan, adquirida por uma única empresa,

com informações privilegiadas, por R\$ 1,5 bilhão a menos do valor definido pelo próprio Governo Leite.

Ao mesmo tempo, desde o Golpe de Estado que afastou a presidenta Dilma para poder implementar a mesma agenda de redução do papel do poder público como indutor do desenvolvimento, o Rio Grande do Sul, assistiu, sob a presidência de Michel Temer e Jair Bolsonaro, uma onda de paralisação nas obras de infraestrutura em todo o Estado. Obras estratégicas de duplicação de rodovias, como as da BR-290 e da BR-116, simplesmente pararam de acontecer. As obras da BR-116 foram programadas para serem concluídas em 2015 e, mesmo com somente 12% restantes sob a responsabilidade do Governo Bolsonaro, até hoje a obra aguarda conclusão. Aliás, o ex-presidente veio ao RS inaugurar a segunda ponte sobre o Guaíba, sem que a obra estivesse concluída. Apesar de aliado do Governo Bolsonaro, a quem declarou o voto, não obteve nenhum apoio em suas demandas. Pelo contrário, a adesão ao Regime de Recuperação Fiscal, limitou ainda mais as possibilidades do Estado investir em infraestrutura.



Foto: CEEE/Arquivo



Foto: Corsan



Foto EGR



Foto: Felipe Dalla Valle / Palácio Piratini

Leite tentou repassar quase meio bilhão do RS para o governo Bolsonaro

Ainda que os investimentos do Governo do RS em infraestrutura estejam cada vez mais reduzidos, diante da política de concessão das rodovias para a iniciativa privada, que cobra diretamente da população pedágios cada vez mais caros para garantir a manutenção das rodovias, o Governo Leite chegou a encaminhar Projeto de Lei para autorizar a doação de R\$ 495 milhões para o Governo Bolsonaro realizar obras em estradas federais, de responsabilidade da União, sem qualquer compensação ao RS. Graças aos votos da Bancada do PT, a proposta foi derrubada.

A intenção era firmar, por meio do Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (DAER), aditamen-

to aos contratos mantidos pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), com o objetivo de executar obras e serviços nos trechos da malha rodoviária federal no âmbito do território do Estado do Rio Grande do Sul.

Na época, o deputado Luiz Fernando Mainardi, então vice-líder da Bancada do PT, apresentou a proposta de emenda para destinar os quase R\$ 500 milhões para a saúde, a fim de atender a urgência de pessoas que estão na fila para atendimento de especialistas ou cirurgias eletivas de urgência, que não são executados por falta de recursos.



Foto: Joaquim Moura

Um governador sem palavra

O governador Eduardo Leite se notabilizou por não cumprir o que diz. Quando foi eleito a primeira vez para o cargo, era contra a reeleição, afirmou que jamais venderia a CEEE e a Corsan e na infraestrutura, durante sua última campanha, chegou a assinar documento, redigido pelo Movimento RS-118 Sem Pedágio, que teve adesão de 48 parlamentares, confirmando que não haveria pedágio na rodovia. Assim que foi concluída a obra desta importante rodovia da Região Metropolitana, Leite mudou de posição e anunciou o sistema Free Flow, que cobra dos usuários sem uma cancela, mas utilizando um chip.

Mobilizados pelas deputadas Stela Farias e Sofia Cavedon, o descumprimento da palavra do governador, reuniu parlamentares de diferentes partidos, vereadores, prefeitos, empresários e lideranças comunitárias, contra a medida.

Sob o pretexto de duplicar apenas 16 km, o Governo Leite quer submeter a população da Região Metropolitana ao pagamento de um pedágio por 30 anos aumentando o preço de transportes, dos alimentos e dos serviços.



Pedágios com contratos de 30 anos

O RS tem 1.131 km de rodovias gaúchas administrados pela iniciativa privada. São 22 praças de pedágio, a maioria já em operação. A autorização foi dada pela Lei 14.875/2016, de autoria do governo Sartori. Por sua vez, o Governo Leite aprovou a Lei 15.559/2021, que permite cobrança de valor de outorga das empresas que administrarão os pedágios. A Bancada do PT votou contra as duas leis porque, na primeira, o governo não dizia qual o modelo do pedágio, enquanto a segunda encareceu o preço dos pedágios.

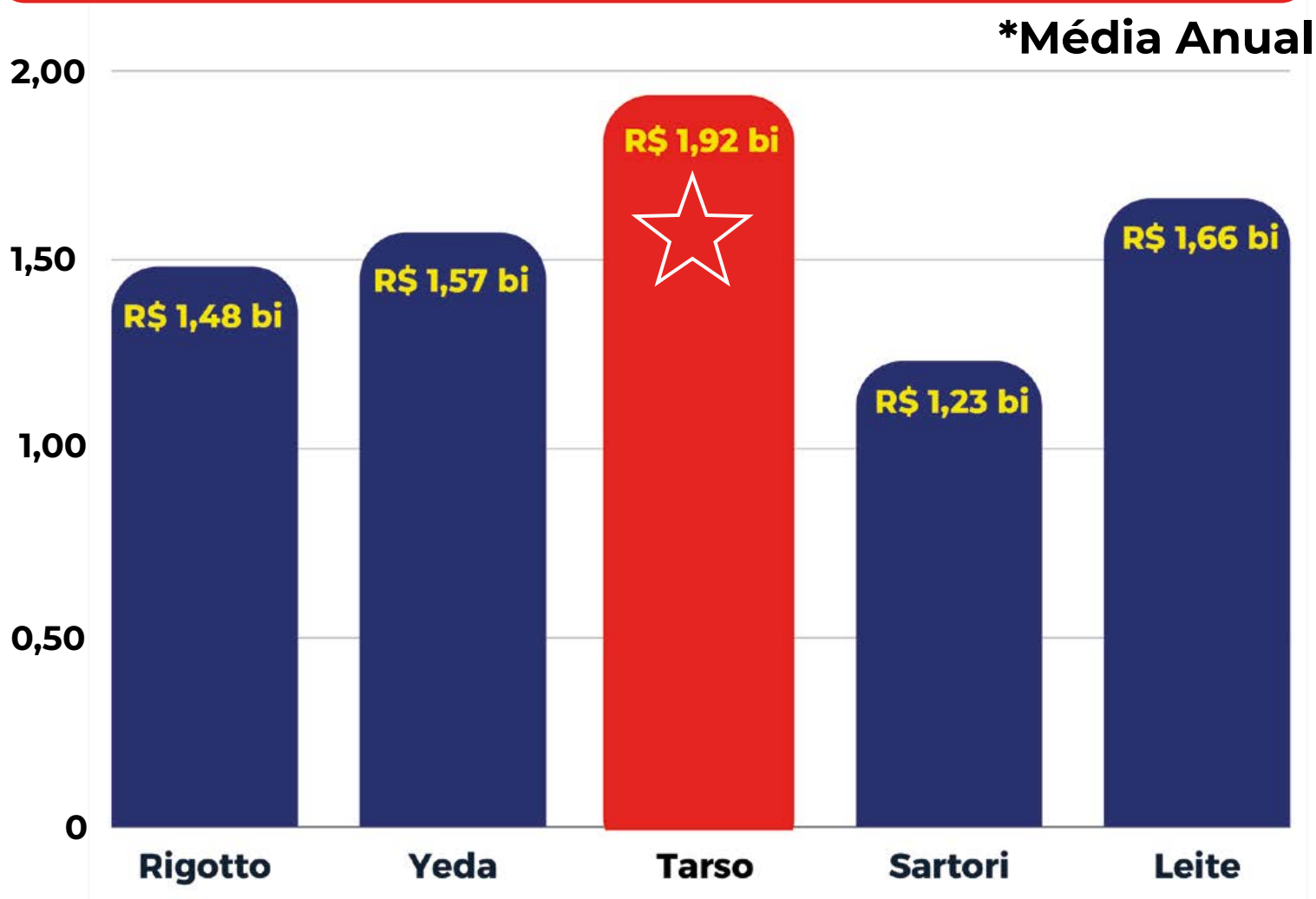
O Governo Leite entregou a concessão das rodovias com taxas de lucro das concessionárias 9% mais caras que nas rodovias federais. Além de garantia de lucro, a isenção para moradores próximos às praças de pedágios só permite um desconto máximo de 15% para quem passar mais de 20 vezes ao mês. O valor do pedágio impacta em diferentes setores da economia, principalmente nos preços da cesta básica, nos medicamentos e em qualquer tipo de mercadoria que passe pelas rodovias.

Para o deputado Pepe Vargas, que já presidiu uma Frente Parlamentar sobre os Pedágios, é preciso retirar a cobrança do valor da outorga e buscar uma redução no valor da tarifa. "Não somos contra pedágios, desde que a preços acessíveis e com obrigações das empresas com obras e conservação das estradas. O problema é que este modelo não nos garante isso."



Foto: Bruno Lemos

GOVERNO TARSO FOI O QUE MAIS INVESTIU EM INFRAESTRUTURA SEM VENDER PATRIMÔNIO E SEM ATRASAR SALÁRIO DOS SERVIDORES



A volta dos investimentos federais em infraestrutura

Os investimentos em obras de infraestrutura só voltaram a figurar nos anúncios federais a partir de janeiro de 2023. Já nas primeiras semanas do Governo Lula, o ministro dos Transportes, Renan Calheiros Filho, assinou contrato de obras remanescentes da duplicação do lote 7 da BR-116, entre os quilômetros 448 e 470, em São Lourenço do Sul e já anunciou investimentos na ordem de R\$ 1,7 bilhão no RS somente em 2023.

Entre as obras previstas estão a duplicação dos lotes, 6, 8 e 9 da BR-116, com a previsão de construção de viadutos e obras complementares; a conclusão da chamada BR-116 Norte, entre Porto Alegre e Novo Hamburgo e a ampliação da BR-448 (Rodovia do Parque) até o entroncamento com a ERS-240, em Portão. Conforme o ministro, também estão previstas duas pontes: uma em Porto Xavier, que já tem R\$ 120 milhões previstos no orçamento, e outra em Ibicuí, ainda sem previsão orçamentária.



Foto: Daniela Xu

Deputado Zé Nunes com o ministro dos Transportes, Renan Filho, autoriza as obras na BR-116

PPA Participativo garantiu prioridades em infraestrutura no RS

O terceiro mandato do presidente Lula substituiu o orçamento secreto pelo orçamento participativo. Pela primeira vez, o Plano Plurianual (PPA), foi aberto à participação pública em todo o país. No RS, graças à mobilização, várias obras viárias, incluindo a BR-290, articulada pelo deputado Luiz Fernando Mainardi, ganharam prioridade através do voto da população local.

Na Região Metropolitana, a duplicação das avenidas Frederico Dühl e Caminho do Meio, que abrangem os municípios de Alvorada, Viamão e Porto Alegre também foram tema de mobilização, organizada pelos deputados Stela Farias, Adão Preto e Sofia Cavedon. Esta é outra obra paralisada desde 2013, quando a presidenta Dilma Rousseff sofreu um golpe de Estado.

A implantação de um Terminal Rodoferroviário de Carga em Vacaria, nos Campos de Cima da Serra, assim como a manutenção das rodovias ERS-447 e a ERS-110, que fazem a ligação com a Região das Hortênsias, além da conclusão da ERS-285 e da duplicação da BR-116, foram demandas articuladas pelo deputado Pepe Vargas.



Fotos: Joaquim Moura

A retomada da duplicação da BR-290

Após quase 10 anos da autorização para o início da duplicação da BR 290, em 2014, nenhum dos trechos licitados foi, ainda, entregue para os usuários. A explicação é que entre 2015 e 2022, os recursos foram pingados e muito abaixo de qualquer expectativa para uma intervenção do porte de uma duplicação de rodovia.

Com a volta do presidente Lula, a realidade vem mudando. Para se ter uma ideia, foram disponibilizados mais de R\$ 178 milhões em recursos para tocar a obra este ano, valor superior ao que foi liberado nos nove anos anteriores. Agora, quem passa pela rodovia nos trechos em obras começa a enxergar a duplicação. A licitação realizada em 2013 prevê a duplicação entre a cidade de Eldorado do Sul, na região metropolitana, e Pantano Grande, na região central do Estado.

Para o deputado Luiz Fernando Mainardi (PT), que coordena a Frente Parlamentar pela Duplicação da BR-290, é preciso garantir algo em torno de R\$ 250 milhões por ano no orçamento da União para que a obra possa ser concluída nos próximos três anos e meio, ainda no período desta gestão federal.



Pontes no noroeste e fronteira oeste

Dois pleitos históricos das regiões Noroeste e Fronteira Oeste do RS já estão em andamento. A informação foi dada pelo superintendente Regional do Dnit, Hiratan Pinheiro da Silva, ao líder do Governo Lula na Assembleia, deputado Jeferson Fernandes. A ponte Internacional Mauá, em Jaguarão, já está em fase de licitação. Já a ponte entre Porto Xavier e San Javier deve passar por uma nova licitação do projeto e da obra, em função da falência da empresa que venceu o primeiro certame.

Deputado Jeferson Fernandes reuniu com o Superintendente Regional do Dnit, Hiratan Pinheiro da Silva



Rio Grande recupera o polo naval com biorrefinaria da Petrobras

Depois de ter boa parte da operação desativada pelos governos Temer e Bolsonaro e de ter sua importância negligenciada pelo Governo Leite, o Polo Naval de Rio Grande voltou a ser um elemento central no desenvolvimento da Região Sul do RS. A começar pela instalação da Refinaria de Petróleo Rio-grandense (RPR), em maio de 2023, um investimento de R\$ 45 milhões, que vai trabalhar com a geração de produtos petroquímicos e combustíveis renováveis. A tecnologia representa uma nova fronteira para o biorrefino no país.

O deputado Miguel Rossetto que propôs e preside a Frente Parlamentar em Defesa da Indústria Naval Brasileira da Assembleia Legislativa do RS, instalada em Rio Grande com a presença do presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, confirmou a intenção do Governo Lula de recuperar o Polo Naval como base para a reindustrialização do Rio Grande do Sul. As instalações estão prontas, os trabalhadores qualificados e agora a demanda existe a partir da Petrobras.



Deputados Miguel Rossetto e Alexandre Lindenmeyer e o deputado suplente Halley Souza na instalação da RPR

Novo PAC retoma obras de infraestrutura no RS

O novo Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) vai garantir R\$ 75,6 bilhões de investimento para os próximos anos no RS. O Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), deve retomar as construções e iniciar novas obras. Ao longo dos próximos três anos, 19 obras em rodovias – sendo 11 que já estão em andamento e oito em fase de projeto – foram selecionadas para receberem recursos de forma prioritária.

Além das rodovias e ramais, outra grande obra que foi incluída no PAC no RS: a barragem da Arvorezinha, em Bagé com previsão de investimento de R\$ 108 milhões.

PRINCIPAIS OBRAS

R\$11,7 bilhões em investimentos em rodovias

Duplicação da BR-116 (Porto Alegre – Pelotas) São 211 km de extensão. Previsão de conclusão para o fim de 2024. Os viadutos e obras complementares (Guaíba, Tapes e Camaquã) até 2025.

Construção dos acessos à nova Ponte do Guaíba: Obra prevê que a Prefeitura de Porto Alegre e Governo do RS façam a remoção de aproximadamente 1.000 famílias das Vilas Tio Zeca e Vila Areia. A obra não tem mais contrato vigente, portanto, se o recurso não for utilizado até o fim de 2023, será direcionado para outras obras.

Adequação da BR-116 (Porto Alegre – Novo Hamburgo): Sinalização e alargamento da pista na saída de Porto Alegre. Alargamento dos acessos do Viaduto da Metrovel em Canoas. Construção do Viaduto da Expointer em Esteio e duas passagens inferiores no trecho de Novo Hamburgo.

Duplicação da BR-290 (Eldorado do Sul – Pantano Grande): A retomada das obras em 2023, prevê a conclusão de 14 km até o fim de 2023. De Butiá até Pantano Grande, os contratos estão ativos, mas há questões jurídicas pendentes e licitações que não foram realizadas pelo governo anterior.

Segunda Ponte sobre o Rio Jaguarão: Estrutura de 419 m de extensão entre as cidades de Jaguarão, no Brasil, e Rio Branco, no Uruguai. O edital para a elaboração dos projetos e execução das obras foi publicado no final de agosto de 2023 e inclui o acesso do lado brasileiro e a aduana brasileira. A abertura das propostas está marcada para 16/10/23. O prazo para execução do projeto é de 1.260 dias.

Barragem do Arroio Jaguarí: Obra entre São Gabriel e Lavras do Sul utilizada para irrigação e regularização da vazão do Rio Santa Maria. A estrutura é construída com recursos da União (75%) e contrapartida do governo gaúcho (25%). Além da irrigação, a barragem vai garantir segurança hídrica e controle das cheias.

Barragem do Arroio Taquarembó: Obra entre Dom Pedrito e Lavras do Sul, com 350 m de comprimento e 34 m de altura, integrando o sistema Jaguari-Taquarembó, para beneficiar 240 mil habitantes da Bacia Hidrográfica do Rio Santa Maria. A estrutura é construída com recursos da União (75%) e contrapartida do governo gaúcho (25%).

As estruturas universalizarão o abastecimento e garantirão segurança hídrica, além de viabilizar a irrigação de 117 mil hectares em toda bacia, estimulando a produção agrícola e a diversificação de culturas.

BR-448: Previsão de novo traçado de 18 km entre os municípios de Esteio e Portão, em licenciamento ambiental, com previsão de desapropriações e a garantia do recurso estimado em R\$ 1,67 bilhão para pista dupla. A obra já garantiu R\$6,3 milhões para elaboração dos projetos básicos e executivo.

Duplicação da BR-116 (Norte): Até o fim de 2023, pretende inaugurar as novas pontes do Rio dos Sinos. O viaduto da Scharlau na BR-240 é para ficar pronto até o final deste ano.

Obras com recursos do Governo Lula que não estão no PAC

Travessia urbana de Santa Maria – Conclusão da obra até metade de 2024

Lote 4 da BR-116 no Porto de Rio Grande – Concessão vence em 2026, podendo retornar para o Governo Federal

Trecho da BR-290 entre Pantano Grande e Uruguaiana – Em fase de autorização para contratar Estudo de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental (EVTA).

Ponte Porto Xavier – San Javier (Brasil – Argentina) – Diante da possibilidade de falência da empresa vencedora da licitação, o Governo Federal deve fazer nova licitação para a obra.

Ponte Rio Grande – São José do Norte – Apesar do projeto ter entrado no PAC, há duas possibilidades de traçado que envolvem diferentes soluções, uma ponte fixa ou móvel.

Ponte do Fandango em Cachoeira do Sul – Construção de uma nova ponte, com ampliação da capacidade de carga para 18 toneladas. Obra será contratada por Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDCI).

Ligação da BR-470 à Ponte Triunfo-São Jerônimo – Estudo de viabilidade pronto e orçamento para o projeto já está disponível.



Expediente: Federação Brasil da Esperança

Líder da Bancada: **Luiz Fernando Mainardi** | Vice-líder da Bancada PT: **Miguel Rossetto**

Líder Partidário PT: **Jeferson Fernandes** | Vice-líder Partidário PT: **Adão Preto** | Líder Partidária PCdoB: **Bruna Rodrigues**

Projeto gráfico, diagramação, fotos e textos: Assessoria Técnica da Bancada do PT na Assembleia Legislativa/RS

Endereço: Praça Marechal Deodoro, 101/506 | Porto Alegre-RS | Fones: (51)3210-2913
(Bancada) e (51)3210-1123 (Imprensa) | E-mail: bancadaptsul@gmail.com | <http://ptassembleiars.org.br/>



/ptassembleiars



@ptassembleiars



@ptassembleiars



PT Assembleia RS